

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

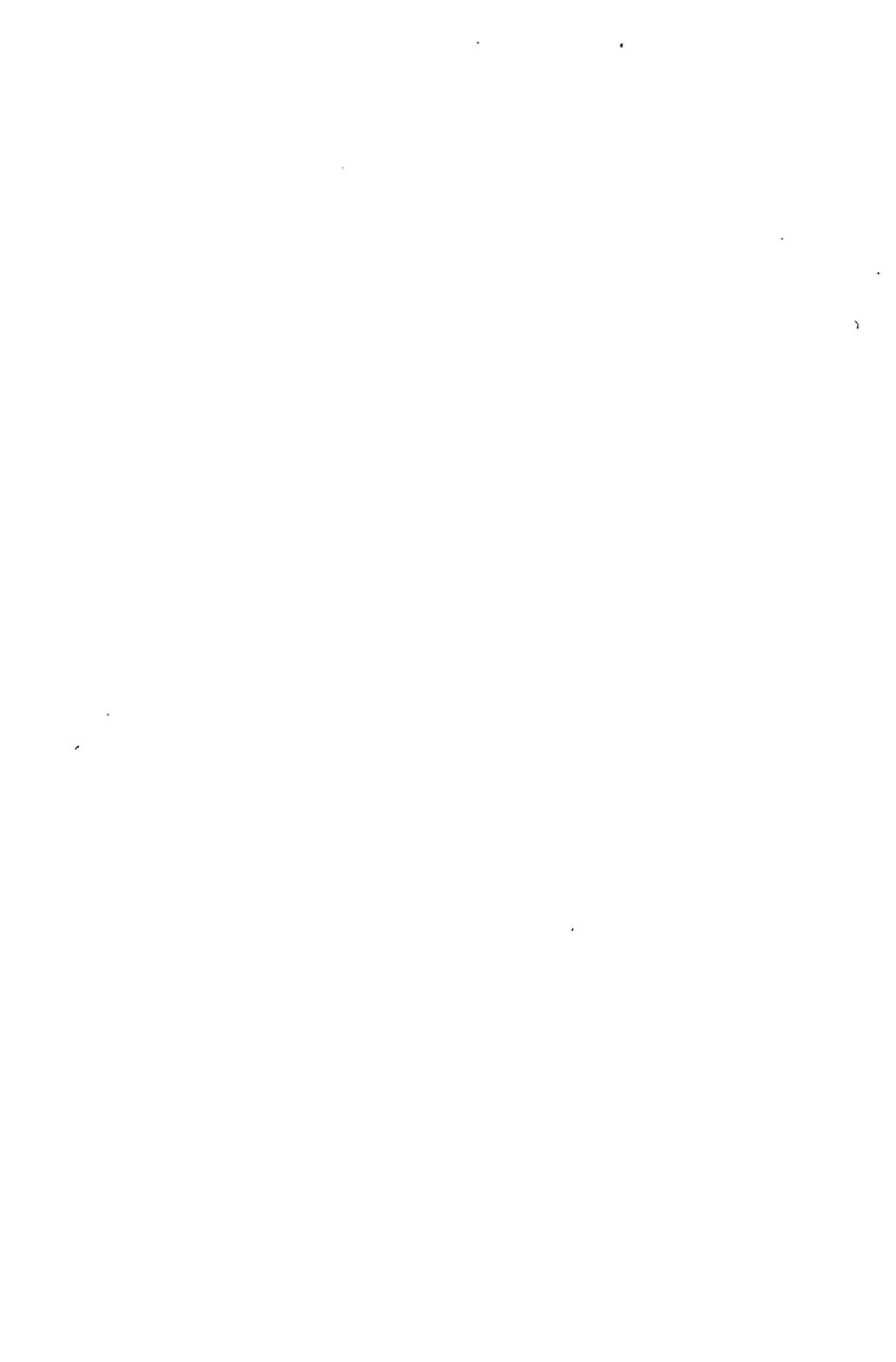
GUIA DO ESTUDANTE

História

3º ano



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1991/92



378F657456

FACULDADE DE LETRAS
Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

XII



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO
1991/92

244
378(05)

Guia do Estudante da FLUP. HIS: 4º Ano

Vol. 12, 1991-92

Publicação Anual

Dactilografia: Margarida Santos

Execução e Impressão: Oficina Gráfica

Tiragem: 100 exemplares

INTRODUÇÃO

GUIA DO ESTUDANTE - 1991

INTRODUÇÃO

Esta 12ª edição do Guia do Estudante, referente ao ano lectivo de 1991-92, pretende continuar a cumprir os objectivos contemplados numa publicação deste tipo; fornecer o máximo de informação relevante a todos quantos integram a Faculdade de Letras do Porto.

Embora tendo como destinatário principal o corpo discente, o Guia será igualmente instrumento útil para docentes e funcionários, em áreas tão diversas como, por exemplo, as normas de avaliação, as possibilidades de utilização da Biblioteca Central e de outros serviços ou algumas das mais recentes publicações editadas no âmbito da FLUP. Mas serão os conteúdos programáticos das cadeiras leccionadas nos diversos cursos a componente dominante desta publicação, contribuindo necessariamente para uma melhor orientação dos alunos relativamente ao estudo das diferentes matérias.

Pretende assim o Conselho Directivo, para além da articulação sempre fundamental com os restantes órgãos de gestão e com a Associação de Estudantes, delinear as principais linhas de força do funcionamento da Faculdade em 1991-92 e sublinhar alguns dos direitos e deveres que os membros da FLUP terão no seu quotidiano e no seu horizonte.

Porto e Faculdade de Letras, Setembro de 1991

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo.

SERVIÇOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
de Mudanças de Curso.

Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 12H00 - 16H00
Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento:
de 2^a a 6^a feira: 9H30 - 11H30
14H30 - 16H30

Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os alunos devem possuir o cartão de leitor, revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

- a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);
na Sala de Obras de Referência (livre acesso);
- b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

- a) Onomástico
- b) Didascálico
- c) CDU (Classificação Decimal Universal)
- c) Cardex (Publicações Periódicas)
- d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
- e) Base de dados local.

Como aceder à Base Nacional de Dados Bibliográficos:

1. Digite: GEAC.
2. Carregue tecla ENTER.
3. Digite: CAT.
4. Siga as instruções que aparecem no écran.
5. Se tiver dificuldade, dirija-se ao funcionário da Biblioteca, que dará as indicações necessárias para estabelecer a ligação.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas no ficheiro da Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 18H00

Sábado: 9H00 - 11H30.

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultaneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre

as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.

2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.

3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação (estes dependentes do INIC):

Instituto de Estudos Ingleses

" de Estudos Norte Americanos

" de Estudos Germanísticos

" de Geografia

" de Cultura Portuguesa

" de Arqueologia

- " de Documentação Histórica Medieval
- " de Filosofia e História da Filosofia
- " de História de Arte
- " de Língua Portuguesa
- " de Literatura Comparada
- " de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
- " de Sociologia
- " de Ciências da Educação

Sala Francesa

- " Brasileira
- " Espanhola
- " Neerlandesa
- " de História Moderna
- " de História Medieval

Centro de História

- " de Linguística
- " de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

C - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30

Sábados: 9H00 - 12H30.

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

Encerra ao Sábado, normalmente.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos. Chama-se particular atenção para a área reservada à viatura da Faculdade, que deve manter-se sempre desimpedida.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2ª a 6ª feira - 7H30 - 23H00

Sábados- 7H30 - 13H00.

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura

História (Variante Arte; Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)

Geografia

Sociologia.

B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º e 4º anos).

b) Tradução (regimes transitório e normal).

C - Cursos de pós-graduação:

a) Mestrados: História Medieval

História Moderna e Contemporânea

História da Arte

Arqueologia

b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"

D - Curso de Português para Estrangeiros.

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório:

1º ano:

a) obrigatoriedade de frequência mínima a 2/3 das aulas;

b) os alunos que concluem a licenciatura têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

c) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação a Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

- a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;
- b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);
- c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro em princípio só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Candidaturas à inscrição, no 3º ano, nas disciplinas de:
"Introdução às Ciências da Educação" (ICE), em todos os cursos,
e
"Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem" (PDA), em História e Filosofia.
2. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).
3. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

- I - O regulamento dos estágios da FLUP, com a fórmula para o cálculo da classificação final, encontra-se publicado na Port. 659/88.
- II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.
- III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

Regime transitório:

a) possibilidades:

Variante de Est. Port./Ingl - Trad. Port./Ingl.

" Est. Port./Franc. - Trad. Port./Franc.

" Est. Franc./Ingl. - Port./Ingl ou Port./Franc.

" Est. Ingl./Alem. - Port./Ingl. ou Port./Alem.;

b) podem candidatar-se os interessados que possuam a licenciatura nas variantes atrás indicadas (e nas condições fixadas na Port. 850/87), devendo fazê-lo nos dois primeiros concursos abertos após a conclusão desse grau.

Regime normal - 3º e 4º anos de todas as variantes de LLM com línguas estrangeiras

a) Possibilidades: todas as variantes de LLM que integrem línguas estrangeiras.

b) Critérios de selecção:

os candidatos devem estar em condições de passagem para o 3º ano (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso e desde que nenhuma delas seja a língua em que o interessado pretende fazer o Curso de Tradução).

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:
Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)
Inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)
Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)
3. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.
4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.
2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 19.7.91)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1991-1992. Estas Normas contêm algumas alterações de fundo relativamente às normas vigentes no ano anterior, por se ter entendido que era necessário reajustar alguns dos critérios às necessidades que a prática pedagógica demonstrou existirem. Em alguns outros casos entendeu-se por bem ser-se mais claro e rigoroso na formulação dessas mesmas normas; finalmente, o Conselho achou útil reordenar as várias cláusulas, a fim de tornar mais simples e operacional a sua consulta.

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:
 - a. Avaliação contínua.
 - b. Avaliação periódica.
 - c. Avaliação final.
2. No âmbito destas três modalidades de avaliação há ainda a considerar que certas disciplinas funcionam com provas de tipo especial, tais como:
 - a. Trabalhos de campo.
 - b. Trabalhos de investigação.
3. Fora do âmbito das três modalidades de avaliação referidas, há ainda o caso especial das disciplinas que funcionam em seminário e que têm requisitos especiais regulamentados separadamente.
4. Poderá existir uma combinação de avaliação contínua com avaliação periódica ou final nos termos do ponto A, artigo 4ª das presentes normas.

Artº 2º - Apresentação do plano de avaliação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, deverá o docente apresentar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, com explicitação dos objectivos pedagógico-didácticos, modalidades de avaliação, critérios, e instrumentos de avaliação a utilizar.
2. Este plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:
 - a. Número de alunos.
 - b. Número de docentes.
 - c. Natureza da disciplina e conteúdos leccionados.
3. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 3 - Tipos de provas

1. A modalidade de avaliação contínua consiste na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos e orais, ou outras.

2. Uma das provas tem de ser um teste escrito realizado na própria sala de aula e em presença do docente.

3. Os alunos devem ser e estar claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação.

4. Os alunos devem ser e estar informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação oral nas aulas, assim como dos critérios de ponderação adoptados.

5. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno.

6. As classificações de avaliação contínua são ponderadas em números inteiros na escala de 0 a 20 para efeitos de afixação nas pautas oficiais, conforme o estipulado no artigo 18º destas normas.

Artº 4 - Funcionamento das aulas

1. A avaliação contínua pode ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 30 alunos.

2. Em certos casos pode haver alteração desse número mediante prévia autorização do Conselho Pedagógico.

3. De modo a possibilitar a realização da avaliação contínua, as disciplinas podem ser organizadas em turmas teóricas e turmas práticas (1 teórica + 2 ou 3 práticas), sem prejuízo da carga horária prevista na distribuição de serviço dos docentes e mediante acordo prévio do Conselho Directivo no que respeita à ocupação de salas.

4. Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas. Em caso de avaliação negativa na componente teórica, a classificação que o aluno tenha obtido na componente prática em avaliação contínua, desde que positiva, é considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

5. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Artº 5 - Exigência de presença às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 2/3 das aulas.

2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

3. Na situação dos números 3 e 4 do artigo 4º, os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Artº 6 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, tendo direito a submeter-se à avaliação final na época normal primeira época, até ao fim do primeiro período de avaliação periódica, no caso das línguas vivas; e até à primeira aula da disciplina a seguir às férias da Páscoa, nas restantes disciplinas.

3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao professor.

Artº 7 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme o estipulado nos artigos 13º e 15º das presentes normas.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 8 - Tipos de provas

1. O número de provas a realizar é no mínimo de duas, sendo uma obrigatoriamente na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno.

2. Nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deve ser previamente acordada entre docente e alunos, assim como os critérios e a ponderação da avaliação respectiva.

3. Quaisquer outras provas, orais e escritas, que venham a ser realizadas no âmbito de cada disciplina são facultativas excepto no caso das línguas vivas conforme o estipulado no artigo 12º.

4. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias

antes da sua realização.

5. Sempre que as classificações das provas que excedam o número mínimo de duas sejam consideradas para efeito de média final, devem ser publicadas em pauta como as restantes.

Artº 9 - Repescagem

1. Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal.

2. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser obrigatoriamente positiva para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

3. Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas, ou a ela tenham faltado, têm direito a repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova nas condições do ponto 2.

4. Não realizam prova de repescagem os alunos que tenham obtido numa das provas 8 ou 9 valores desde que a média final das notas seja positiva.

5. A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui.

6. Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota.

7. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas obrigatórias a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

Artº 10 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.

2. Alunos que não compareçam à primeira prova, mas queiram optar por esta modalidade de avaliação, devem informar o responsável da cadeira até dez dias úteis após o reinício das aulas.

3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto em nenhum dos dois pontos acima referidos optou pela modalidade de avaliação final.

4. Um aluno que não compareceu à segunda prova de avaliação periódica perde, por isso, o direito a esta modalidade de avaliação salvo se comunicar ao professor até três dias úteis após a realização da mesma que tenciona manter-se nesta modalidade

5. Presume-se que um aluno que não cumpra com o procedimento referido no ponto 4 deste artigo optou pela avaliação final.

6. A desistência de uma prova durante a sua realização equivale à

classificação de zero valores.

7. Um aluno que compareça a duas ou mais provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal.

Artº 11 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno em avaliação periódica que não tenha tido classificação positiva na primeira prova, compareça à segunda e não tenha igualmente classificação positiva nesta ou dela desista, considera-se reprovado.

2. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 13º e 15º das actuais normas.

Artº 12 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 8º, 9º e 10º, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.

2. As provas escritas são em número de duas e precedem a oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a fixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no artº 19.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 18º destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, não podendo nunca ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para efeitos de média final nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Artº 13 - Tipo de provas

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.

2. Na época normal de exames finais realizam-se duas chamadas por

cada disciplina nas provas escritas, sendo esse número de apenas uma nas restantes épocas, isto é, época de recurso e época especial.

3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno; a ponderação desse trabalho na nota final deverá corresponder à da parte prática do exame final.

4. Segundo o artº 9 da Portaria nº886/83 de 22 de Setembro e resolução do Conselho Científico da FLUP de 28 de Maio de 1984, os alunos podem realizar exames a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais na época de recurso.

5. Segundo as mesmas portaria e resolução referidas no ponto anterior, na época especial (normalmente em Dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.

Artº 14 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação numa das duas épocas consecutivas àquela em que tenham obtido aprovação na respectiva disciplina.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrarem os referidos programas.

3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.

4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Artº 15 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de oito valores, tendo

em conta os arredondamentos fixados no artº 18.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no artº 18.

6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, excepto no caso referido no ponto 3 deste artigo.

7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

Artº 16 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja objectivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

Artº 17 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currícula das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.

3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.

4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos

cada disciplina nas provas escritas, sendo esse número de apenas uma nas restantes épocas, isto é, época de recurso e época especial.

3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno; a ponderação desse trabalho na nota final deverá corresponder à da parte prática do exame final.

4. Segundo o artº 9 da Portaria nº886/83 de 22 de Setembro e resolução do Conselho Científico da FLUP de 28 de Maio de 1984, os alunos podem realizar exames a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais na época de recurso.

5. Segundo as mesmas portaria e resolução referidas no ponto anterior, na época especial (normalmente em Dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas anuais ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.

Artº 14 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação numa das duas épocas consecutivas àquela em que tenham obtido aprovação na respectiva disciplina.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrarem os referidos programas.

3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.

4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Artº 15 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de oito valores, tendo

em conta os arredondamentos fixados no artº 18.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no artº 18.

6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, excepto no caso referido no ponto 3 deste artigo.

7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

Artº 16 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja objectivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

Artº 17 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currícula das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.

3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.

4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos

trabalhos a realizar.

5. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem às normas estipuladas no artigo 16.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

Artº 18 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final são publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.

2. As classificações afixadas em pauta são apresentadas em números inteiros.

3. Para o cálculo de médias finais as décimas são arredondadas à unidade por defeito até ao meio valor, exclusive, e por excesso a partir do meio valor, inclusive.

4. Quaisquer outras escalas utilizadas pelo docente no âmbito das suas classificações terão de ser convertidas à escala referida nos pontos anteriores para efeitos de classificações finais e periódicas.

Artº 19 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias antes da realização da segunda prova de avaliação periódica.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizaram.

5. Os resultados dos exames da época de recurso devem ser afixados até 24 horas antes da data do início do prazo das inscrições nas disciplinas do ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS

Artº 20 - Consulta das provas

1. Os alunos têm direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificadas, desde que na presença do docente.
2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.
3. Caso o Conselho Pedagógico considere existir alguma irregularidade processual nas classificações ou lhe seja remetido algum requerimento apontando tais irregularidades, tomará as providências que entender necessárias no sentido de resolver a situação.

Artº 21 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.
2. Em caso de fraude comprovável o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.
3. Caso haja apenas suspeitas de fraude deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.
4. No caso de fraude grave comprovada o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 22 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas têm o direito de exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.
2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças e recolher as assinaturas de todos os alunos presentes; essa folha de presenças devidamente datada e rubricada, deve ser entregue ao docente responsável da disciplina juntamente com as provas respectivas.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Artº 23 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a

coincidência de provas de disciplina do mesmo ano. O prazo é de 48 horas (dias úteis) depois de afixados o calendário das provas.

2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico delegará num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

Calendário das provas em 1991-1992

(Aprovado na reunião do Conselho Pedagógico de 12.07.91)

Avaliação periódica:

Primeiras provas: de 10 a 29 de Fevereiro de 1992 (Reinício de aulas: 5 de Março de 1992)

Segundas provas: de 1 a 17 de Junho de 1992. (As orais de línguas vivas poderão recair entre 17 e 25 de Junho de 1992.)

Fim de aulas: 30 de Maio de 1992

Exame final:

Época normal: de 25 Junho a 13 de Julho de 1992. (Entrega de termos até 20 de Julho de 1992.)

Época de recurso: de 10 a 25 de Setembro de 1992

A proposta de as provas das cadeiras específicas do Ramo Educacional serem realizadas dentro do prazo das restantes foi aprovada pelo do Conselho Pedagógico em 19/07/91.

PUBLICAÇÕES:

1. REVISTAS

Revista de Faculdade de Letras:

História, II série: 1984 ss.

Filosofia, II série: 1985 ss.

Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.

Geografia, 1985 ss.

Portugalia (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss

Runa, Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss.

2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Bibliografia Cronológica da Espiritualidade em Portugal. 1501-1700, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão. Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras-Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Prophana, Edição das suas fontes, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

3. TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

FERNANDES, José Alberto V. Rio - A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço urbano do Porto, Porto, INIC/FLUP, 1985

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - O Desembargo Régio (1230-1433), Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Medieval - 5", 1990

MARQUES, Helder - Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina, Porto, INIC/Centro de História (UP), "História - 6", 1986

MARQUES, João Francisco - A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668; 2 vols., Porto, INIC/Centro de História (UP), "História Moderna e Contemporânea - 2", 1988

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - Abordagem a Alguns Aspectos

da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar, Porto, INIC/Centro de Língua (UP), "Linguística - 8", 1988

3.1. Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

3.1.1. REVISTA:

Intercâmbio, 1990

3.1.2. OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - Nas Origens do Teatro Francês em Portugal, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991

3.2. Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU PARTICIPADOS PELA FLUP:

O Porto na Época Moderna (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol. III, 1980

Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986

II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval (Novembro de 1985), 3 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989

Problemáticas em História Cultural (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

I Congresso de Literaturas Marginais (Faculdade de Letras do Porto, Abril de 1987) (No prelo)

Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (No Centenário da sua Morte) (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987

Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988)

La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988)

Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua época", 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989

Encontro de Literatura Suíça (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989

Eça e "Os Maias", I Encontro Internacional de Queirozianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE (Divulgação interna):
CONSELHO DIRECTIVO:

Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss.

Faculdade de Letras, 1988-1989, Porto, 1989

Dissertações Académicas, Porto, 1991

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986

PEREIRA, Gaspar Martins - O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

1. Revista

Humanidades, 1982 ss.

PROGRAMAS

NOTA: Os programas que se seguem encontram-se aprovados pelo Conselho Científico para o ano lectivo de 1991-92. As indicações constantes das bibliografias são da responsabilidade dos respectivos docentes.

HISTÓRIA MODERNA DE PORTUGAL

Docentes: Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos
Dr^a Helena Osswald

Política e diplomacia (sécs. XVI-XVIII)

1. Condicionamentos da vida política e diplomática.

2. As grandes opções: os problemas internos na sua relação com a política ultramarina.

3. Portugal e a Europa: vicissitudes e constantes.

O estudo das estruturas correlativas - população, economia, sociedade e instituições - será objecto de adequado tratamento nas aulas práticas.

BIBLIOGRAFIA

BRASÃO, Eduardo - História da Europa, Ed. D. Quixote, Lisboa, 1990

DUROSELLE, J.-B. - Tous les Empires périront, Paris, 1970

GODINHO, Vitorino Magalhães - A estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, 3^a ed., col. Temas Portugueses, Lisboa, Arcádia, 1977, 3^a Ed.

"- Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar Séculos XIII a XVIII, Difusão Editorial Ld^a, Lisboa, 1990

"- Descobrimientos e economia mundial, Lisboa, Ed. Presença, 1981-83, 2^a Ed.

HESAPANHA, António Manuel - As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal século XVII, 1986

MACEDO, Jorge Borges de - História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo da geopolítica, col. Defesa Nacional, s.l., Instituto de Defesa Nacional, 1987

MAGALHÃES, J. Calvet - Breve História Diplomática de Portugal, Lisboa, Europa-América, Lisboa, 1990

MARTÍNEZ, P. Soares - História Diplomática, Lisboa, Verbo, 1986

MARQUES, A. H. de Oliveira - História de Portugal, Lisboa, 1982

OLIVEIRA, A. - Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640), Lisboa, Difel, 1991

ORTIZ, Antonio Domínguez - Sociedad y Estado en el siglo XVIII español, Ed. Ariel, Barcelona, 1981

PERES, Damião - História de Portugal, Barcelos, 1928-35

RÉMOND, R. - La politique, Ed. Seuil, Paris, 198

RENOUVIN, P. - Histoire des relations internationales, Hachette, Paris, 1954

SARAIVA, A.J. - Historia da Cultura em Portugal, Lisboa, 1950-1955

SARAIVA, J.H. ed. al. - Historia de Portugal, Lisboa, Publ. Alfa, 1985-86

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - História de Portugal, Lisboa, Ed. Verbo, 1977-1989

SERRÃO, J. - Cronologia Geral da História de Portugal, Lisboa, Iniciativas Ed., 1973

VICENS VIVES, J. ed. al. - Historia de Espana y America-social y economica, Barcelona, Ed. V. Vives, 1982 (4ª reed.)

SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA NA ÉPOCA MODERNA

Docentes: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva
Dr. Ivo Carneiro de Sousa

1. As grandes linhas da evolução económica do mundo moderno.

1.1. a expansão e o capitalismo do séc. XVI.

1.2. a crise do séc. XVII.

1.3. o apogeu do século XVIII.

2. As estruturas e as hierarquias sociais do Antigo Regime.

2.1. a aristocracia e a nobreza.

2.2. o clero.

2.3. os mesterais e o campesinato.

2.4. a burguesia.

3. Sistemas de governo e formas de poder.

3.1. os impérios.

3.2. as monarquias absolutas.

3.3. os sistemas liberais.

4. Revoluções e rebeliões na época moderna.

4.1. as pré-condições de revolta.

4.2. os processos de subversão.

4.3. os resultados. a repressão.

5. Temas de trabalho prático e investigação.

5.1. Sociedade, economia e estratificação social no Antigo Regime.

Sociabilidade e estruturas familiares.

5.2. Doutrinas, programas, cultura política e pensamento utópico no período moderno.

5.3. A construção das monarquias absolutas.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Michael - Elementos para a História da Família Ocidental (1500-1914), Lisboa, Quercus, 1984

ASTON, Trevor - Crisis en Europa 1560-1660, Madrid, Alianza Editorial, 1983

- BENNASSAR, B.; JACQUART, F. E outros - Histoire Moderna, Madrid, Akal, 1980
- BENNASSAR, Bartolomé - La America Española y la America Portuguesa - siglos XVI-XVIII, Madrid, Akal, 1980
- BERCÉ, Yves-Marie - Revoltes et révolutions dans l'Europe moderne - XVI-XVIII siècles, Paris, PUF, 1980
- "- Le roi caché. Sauveurs et imps. Mythes politiques populaires dans l'Europe moderne, Paris, Fayard, 1990
- BLACK, J. - A military revolution? Military change and Europe Society 1550-1800, London, 1991
- BONNEY, Richard - O Absolutismo, Lisboa, PEA, 1991
- BRAUDEL, Fernand - Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV-XVIII siècles, 3 vols., Paris, A. Colin, 1979
- El mediterraneo y el mundo mediterraneo en la época de Felipe II, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1980
- BURGUIÈRE, André - Dictionnaire des Sciences Historiques, sous la direction de..., Paris, PUF, 1986
- CHAUSSINAND-NOGARET, G. - La Noblesse au XVIII siècle. De la Feodalité aux Lumières, Bruxelles, Editions Complexe, 1984
- CIPOLLA, Carlo M. - Historia Económica da Europa Pré-Industrial, Lisboa, Edições 70, 1984
- DANTI RIU, J. - Las Claves de la Crisis del siglo XVII, 1600-1680, Barcelona, 1991
- DAVIS, Natalie - Pour sauver sa vie. Les récits de pardon au XVI siècle, Paris, Ed. du Seuil, 1988
- DEYON, Pierre - O Mercantilismo, Lisboa, Gradiva, 1983
- DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio - Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen, Madrid, Ediciones Istmo, 1985
- Política Fiscal y cambio social en la España del siglo XVII, Madrid. Instituto de estudios fiscales, 1984
- DUBY, Georges - Atlas historique, Paris, 1987
- ELIAS, Norbert - A sociedade de corte, Lisboa, Ed. Estampa, 1987
- "- O processo civilizacional (I), Lisboa, PDQ, 1989
- ELLIOTT, J. H. (org.)- O velho mundo e o novo 1492-1650, Lisboa, Querco, 1984
- "- Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna, Madrid, Alianza Editorial, 1978
- "- Spain and its World, 1500-1700, New Haven, YUP, 1989

- ERHARD, J. B.; GEICH, J. B. e outros - Que es la Ilustración?, Madrid, 1988
- Etats, Fiscalités, Economies. Actes du cinquième congrès de l'Association Française des Historiens Economistes, Paris, 1985
- FLIN, M. W. - El sistema demografico europeo (1500-1820), Barcelona, 1989
- FRITZ, Gerard - L'idée de peuple en France du XVIIe au XIXe siècle, Estrasburgo, 1988
- GIL PUJOL, X. - Las Claves del Absolutismo y el parlamentarismo, 1603-1715, Barcelona, 1991
- GOUBERT, Pierre - L'Ancien Régime 1 - La Société; 2 - Les Pouvoirs, Paris, A. Colin, 1973
- GRAVES, M. A. R. - Elisabethan Parliaments 1559-1601, Londres, 1987
- GUILLAMÓN ALVAREZ, F. J. - Estado y Fiscalidad en el Antiguo Régimen, Murcia, 1989
- HANAWALT, B.A. - Womem an Work in pre-industrial Europe, Bloomington, 1986
- JONES, E. L. - O milagre europeu (1400-1800), Lisboa, Gradiva, 1987
- JOVER ZAMORA, José Maria (dir. de) - Historia de España. T.XIX: El siglo XVI. Economía. Sociedad. Instituciones. T. XXIII: La crisis del siglo XVII. La población. La Economía. La Sociedad, Madrid, Espasa Calpe, 1989
- KAMEN, Henry - La Sociedad Europea (1500-1700), Madrid, Alianza Editorial, 1986
- LAPEYRE, Henri - Les moanrchies européennes du XVI siècle. Les relations internationales, Paris, PUF, 1967
- LE ROY-LADURIE, E. - Les monarchies, sous la direction de..., Paris, PUF, 1986
- LÉON, Pierre - Economies et société pré-industrielles. Tome 2 -1650-1780, A. Colin, 1970
- História Económica e social do Mundo, vol. II, Tomo I e II, Lisboa, Sá da Costa, 1983
- LOVETT, A. W. - La España de los primeros Habsburgos (1517-1598), Barcelona, Ed. Labor, 1989
- MANDROU, Robert - La raison du Prince. L'Europe absolutiste 1649-1775, Verviers, Marabout, 1980
- MARAVALL, Jose Antonio - Estado Moderno y Mentalidad social, siglos XV a XVII, Madrid, Rev. de Occidente, 1972, 2 vols.

- MATHIAS, P. e DAVIS, J.A. - The first industrial Revolution, Oxford, 1990
- MAURO, Frédéric - L'Expansion européenne, Paris, PUF, 1964
 - Europa en el siglo XVI Aspectos economicos, Barcelona, Labor, 1976
- MERTES, Kate - The English Noble Household 1250-1600. Good Governance and Politic Rule, Oxford, Basil Blackwell, 1988
- MILLER, J. - Absolutism in seventeenth - Century Europe, London, 1990
- MOUSNIER, Roland - As hierarquias sociais. de 1450 aos nossos dias, Lisboa, Europa-América, 1974
 - La monarquia absoluta en Europa del siglo V a nuestros dias, Madrid, Ediciones Taurus, 1986
- NICOLAY, N. de Dans l'empire de Soliman, le Magnifique, Paris, 1898
- PARKER, Geoffrey - España y la rebelión de Flandes, Madrid, Ed. Nerea, 1989
- POLITICS and Society in Reformation Europe (Essays for Sir Geoffrey Elton), London, 1987
- REVEL, Jacques - A invenção da Sociedade, Lisboa, Difel, 1990
- RODRIGUEZ SALGADO, M.J. - The Changing Face of Empire. Charles V, Philip II and Habsburg Authority 1551-1559, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1988
- SIMONCINI, Giorgio - Cittá e Societá nel Rinascimento, Torino, Einaudi, 1974
- SIMPLICIO, Oscar di - Las revueltas campesinas en Europa, Barcelona, Ed. Critica, 1989
- STRADLING, R. A. - Europa y el declive de la estructura imperial española 1580-1720, Madrid, Cátedra, 1983
- WALLERSTEIN, Immanuel - Y-at-il une crise du XVIIe siècle? in "Annales ESC", Paris, jan.-Março, 1979
- WEBER, Max - Economía y Sociedad, México, FCE, 1983
- ZAGORIN, Perez - Revueltas y revoluciones en la Edad Moderna. T.I. - Movimientos campesinos y urbanos. T.II - Guerras revolucionarias, Madrid, 1985-6

CULTURA E MENTALIDADES NA ÉPOCA MODERNA

Docentes: Dr^a Amélia Polónia

1. Introdução.

1.1. História da Cultura e História das Mentalidades - problemas, objectos e métodos.

1.2. Níveis de cultura e circularidade sócio-cultural.

1.3. A problemática da cultura popular.

2. O Humanismo Renascentista.

2.1. Humanismo e Escolástica.

2.2. O programa cultural do humanismo europeu.

2.3. Concepções antropológicas do humanismo.

2.4. Programas de educação humanistas.

2.5. As utopias do Renascimento.

3. Representações escatológicas na Idade Média e no Renascimento.

3.1. O macabro e as suas expressões.

3.2. Representações literárias em torno da morte.

3.3. Da morte medieval à morte barroca.

4. Tempos de reforma religiosa.

4.1. Enquadramento contextual - os "motores" do(s) movimento(s) de reforma.

4.2. O programa erasmiano de reforma

4.3. A reforma protestante.

4.4. A reforma católica.

5. Cultura e mentalidades na Época Barroca.

5.1. Componentes de uma mundividência barroca.

5.2. O despertar da mentalidade científica.

5.3. Religião e irreligião no séc. XVII.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ARIÈS, Philippe - L'Homme devant la Mort, Paris, Éditions du Seuil, 1977

"- L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime, Paris, Éditions du Seuil, 1973

BAKTHINE, Mikhail - La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento. El contexto de Rabelais, Barcelona, Barral ED., 1971

BATAILLON, Marcel - Erasmus y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI, trad. de Antonio Alatorre, 2ª ed., México-Buenos Aires, 1966

CHARTIER, Roger - A história cultural entre práticas e representações, Lisboa, Difel, (1988)

CHAUNU, Pierre - La Mort à Paris, XVI, XVII et XVIII siècles, Paris, Fayard, 1978

"- Le temps des Réformes. Histoire religieuse et système de civilisation, Paris, Fayard, 1975

"- Église, Culture et Société, Réforme et Contre-Réforme (1512-1620), Paris, Sedes, 1981

COHN, Norman - Na senda do milénio. Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1986

DAVIES; N.Z. - Society and Culture in Early Modern France, Straford

DELUMEAU, Jean - La Peur en Occident (XIVe-XVIIIe siècles), Paris, Fayard, 1978

"- A Civilização do Renascimento, 2 vol., Lisboa, Ed. Estampa, 1984

"- Le Catholicisme entre Luther et Voltaire, Paris, P.U.F., 1985

"- Naissance et affirmation de la réforme, Paris, P.U.F., 1983

FEBVRE, Lucien - Le problème de l'incroyance au 16e siècle. La religion de Rabelais, Paris, 1968

FLANDRIN, Jean-Louis - Le Sexe et l'Occident. Évolution des attitudes et des comportements, Paris, Éditions du Seuil, 1981

FOUCAULT, Michel - Histoire de la folie à l'âge classique, Paris, 1961

GARIN, Eugenio - Moyen Age et Renaissance, Paris, Gallimard, 1969

"- L'Umanesimo Italiano. Filosofia e vita civile nel Rinascimento, Bari, Editori Laterza, 1965

"- Scienza e vita Civile nel Rinascimento, Bari, Editori Laterza, 1965

- GINZBURG, Carlo - El queso y los gusanos. El cosmos según un molinero del siglo XVI, Barcelona, 1982
- GREYERZ, Kaspar von - Religion and Society in Early Modern Europe. 1500-1800, Boston-Sidney, 1984
- GUSDORF, Georges - La Révolution galiléenne, 2 tomos, Payot, Paris, 1969
- HATZFIELD, Helmut - Estudios sobre el Barroco, Madrid, Ed. Gredos, s.d.
- KOYRÉ, Alexandre - Estudos Galilaicos, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1986
- KRISTELLER, Paul Oskar - El pensamiento renascentista y sus fuentes, México, Fondo de Cultura Economica, 1982
- MANDROU, Robert - De la culture populaire aux 17e et 18e siècles, Paris, 1964
- MARAVAL, José Antonio - La Cultura del Barroco, Barcelona, Editorial Ariel, S.A., 1983
- MUCHEMBLED, Robert - Culture populaire et culture d'élites dans la France modern XV-XVIIIe siècles. Essai, Paris, (1978)
- TAPIÉ, Victor - Barroco e Classicismo, 2 vol., Lisboa, Ed. Presença, (1988)
- TENENTI, Alberto - La vie et la mort à travers du XVe siècle, Paris, Serge Fleury, 1983
- VOVELLE, Michel - Mourir autrefois. Attitudes Collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles, Paris, Éditions Gallimard Julliard, 1974
- "- La Mort et l'Occident de 1300 à nos jours, Paris, Gallimard, 1983

HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS E DA EXPANSÃO PORTUGUESA

Docentes: Prof. Doutor Aurélio de Oliveira
Dr^a Maria Inês Amorim

1. Apresentação e Temário Geral.
2. Âmbito e Natureza da "Expansão Medieval Portuguesa".
3. Ceuta e os primórdios da Expansão.
4. Exploração/Integração geográfica e territorial na área do Atlântico durante o séc. XV.
5. Os Portugueses no Índico. Vectores de Integração geográfica e económica do complexo oriental. A exploração comercial da Rota do Cabo.
6. Os Portugueses no Atlântico Ocidental. O Brasil. As grandes linhas de força da integração/exploração e do Brasil - séc. XVI-XIX.
7. Significado e importância global dos descobrimentos Portugueses para a História da Cultura e das Civilizações.
8. (Se houver tempo):
Vectores fundamentais do "regresso" a África no século XIX.

EPIGRAFIA E NUMISMÁTICA

I Parte - EPIGRAFIA

Docente: Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva

1. Introdução.

2. A Epigrafia Latina.

2.1. As inscrições Romanas.

2.1.1. O alfabeto e a escrita.

2.1.2. Os monumentos epigráficos.

2.1.2.1. As inscrições votivas.

2.1.2.2. As inscrições funerárias.

2.1.2.3. As inscrições honoríficas e monumentais.

2.1.2.4. As "tesserae hospitales".

2.1.2.5. Os marcos divisórios e miliários.

2.1.2.6. Varia.

2.1.3. A arqueologia dos monumentos.

2.1.4. Aspectos linguísticos e onomástica.

2.1.5. Sistemas cronológicos.

2.2. A Epigrafia Latina do Norte de Portugal.

2.2.1. Epigrafia, mundo indígena e romanização.

2.2.2. Epigrafia e economia, sociedade, religião e cultura.

2.3. As inscrições medievais.

2.3.1. A epigrafia cristã.

3. A Epigrafia Portuguesa.

4. Conclusão.

Aulas práticas - leitura, transcrição e reprodução de monumentos epigráficos: técnicas, crítica e interpretação.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

BATTLE HUGUET, P. - Epigrafia latina, Barcelona, 1946

BLOCH, R. - L'Épigraphie latine, P.U.F., Col. Que sais-je?, n°534, Paris, 1952

CAGNAT, R. - Cours d'épigraphie latine, "L'Erma" di Bretschneider, Roma, 1964 (4ª ed.)

COSTA, A. J. - Apontamentos de epígrafia. Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1972 (2ª ed., dactilog.)

ENCARNAÇÃO, J. d' - Introdução ao estudo da epigrafia latina, Cadernos de Arqueologia e Arte nº1, Coimbra, 1979; Inscrições romanas do conventus pacensis, Coimbra, 1984

GORDON, A. E. - Latin epigraphy, Univ. California Press, Berkeley - Los Angeles, London, 1983

HUBNER, E. - Corpus inscriptionum latinarum (=CIL), II, Berlim, 1869. Suplemento (=CIL II S), 1892

MALLON, J. - De l'écriture, C.N.R.S., Paris, 1982

SANDYS, J. E. - Latin epigraphy, 1969 (reimp. de 2ª ed., 1927)

SILVA, A.C.F. - As tesserae hospitales do Castro da Senhora Saúde, Gaya, 1, V.N.Gaia, 1926, p. 9-26

SOUSA, J. M. C. - Apontamentos de epigrafia portuguesa, 2ª ed., 1937

SUSINI, G. - Il lapicida romano, Bolonha, 1966

VIVES, J. - Inscripciones latinas de la España romana, (=ILER), Barcelona, 1971-2

II Parte - NUMISMÁTICA

Docente: Prof. Doutor Rui Manuel Centeno

I. Introdução.

- 1.1. As origens da moeda ocidental.
- 1.2. Os elementos da moeda.
- 1.3. Técnicas da amoedação.
- 1.4. A descrição e classificação de moedas.
- 1.5. Normas para a ordenação de um catálogo.
- 1.6. Os achados monetários: sua importância, interpretação e estudo.
- 1.7. A Numismática e Arqueologia.
- 1.8. A moeda, testemunho da História.
- 1.9. As novas orientações da investigação numismática.
- 1.10. Os estudos de Numismática Antiga em Portugal: um balanço.
- 1.11. Noções sobre a limpeza e conservação das moedas.
- 1.12. Moldagem, decalque e fotografia de moedas.

II. A numismática romana: uma panorâmica.

III. Iniciação à numismática ibérica.

IV. O estudo da circulação monetária: metodologia e problemática.

BIBLIOGRAFIA

Aspects de la monnaie, "Diogène", 101-102, Paris, 1978

CARCASSONE, Ch. - Méthodes statistiques en numismatique, Lovaina, 1987

CARSON, R.A.G. - Coins of the Roman Empire, Londres, 1990

CASEY, P. J. - Understanding Ancient Coins. An Introduction for Archaeologists and Historians, Londres, 1986

CENTENO, R. M. S. - Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192, Porto, 1987

CRAWFORD, M. H. - Roman Republican Coinage, Cambridge, 1974

"- La moneta in Grecia e a Roma, Roma/Bari, 1982

"- Coinage and Money under the Roman Republic, Londres, 1985

GRIERSON, Ph. - Monnaies et monnayage. Introduction à la numismatique, Paris, 1976

"- The Origins of Money, Londres, 1977

HIPÓLITO, M. C. - Dos tesouros de moedas romanas em Portugal, "Conimbriga", II-III, 1960-61, pp. 1-166

JENKINS, G. K. - Monnaies grecques, Friburgo, 1972

KOUYMJIAN, D. - The Conservation and Preservation of Ancient Coins, Paris, 1977

KRAAY, C. M. - Archaic and Classical Greek Coins, Londres, 1876

MACDOWALL, D. W. - Coin Collections, their Preservation, Classification and Presentation, Paris, 1978

MATINGLY, H. et alii - The Roman Imperial Coinage, 10 vols., Londres, 1923-1984 (vol. X ainda não publicado)

Metallurgy in Numismatics, vol. I e II, Londres, 1980 e 1988

Methods of Chemical and Metallurgical Investigation of Ancient Coinage, Londres, 1972

PEREIRA, I. et alii - Fouilles de Conimbriga. III. Les monnaies, Paris, 1974

REECE, R. - Coinage in Roman Britain, Londres, 1987

SUTHERLAND, C. H. V. - Monnaies romaines, Friburgo, 1974

VILLARONGA, L. - Numismática antigua de Hispania. Iniciación a su estudio, Barcelona, 1979

"- Estadística aplicada a la numismática, Barcelona, 1985

VIVES Y ESCUDERO, A. - La moneda hispánica, 5 vols. + 1 vol de ests., Madrid, 1924-1926

ARQUEOLOGIA CLÁSSICA

Docente: Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno

1. O urbanismo romano.

- 1.1. Introdução.
- 1.2. Antecedentes Gregos e Etruscos.
- 1.3. A Cidade Romana.
- 1.4. Desenvolvimento Urbano de Roma.

2. A construção romana.

- 2.1. Materiais.
- 2.2. Técnicas de Construção.
- 2.3. Ordens Arquitectónicas.
- 2.4. Molduras e Motivos Ornamentis da Decoração Arquitectural.

3. Análise de alguns edifícios típicos da cidade romana.

- 3.1. Forum e Edifícios Cívicos Anexos.
- 3.2. Templos.
- 3.3. Monumentos Comemorativos e Honoríficos.
- 3.4. Edifícios de Espectáculos e de Cultura.
- 3.5. Monumentos das Águas: Aquedutos, Cisternas, Fontes, Ninfeus e

Termas.

- 3.6. Arquitectura Doméstica e Comercial.
- 3.7. Muralha da Cidade.
- 3.8. Monumentos Funerários.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALARCÃO, J. - "Arquitectura romana", História da Arte em Portugal, vol. I, Lisboa, Publ. Alfa, 1986, p.75-109

BEDON, R.; CHEVALLIER, R.; PINON, P.- Architecture et urbanisme en Gaule romaine, 2 vols., Paris, 1988

BIANCHI BANDINELLI, R. - Rome. Le centre du pouvoir, Paris, 1968

BOETHIUS, A. - Etruscan and early roman architecture, Harmondsworth, 1978

- CAGNAT, R.; CHAPOT, V. - Manuel d'archéologie romaine, 2 vols., Paris, 1917-1920
- CREMA, L. - L'architettura romana, Turim, 1959
- DINSMOOR, W.B. - The Architecture of Ancient Greece, N. Iorque/Londres, 1950 (reimpr. 1975)
- " - Enciclopedia dell'arte antica classica e orientale, 12 vols., Roma, 1958-85
- GARCIA Y BELLIDO, A. - Arte romano, Madrid, 1972 (reimpr. 1979)
- GRENIER, A. - Manuel d'archéologie gallo-romaine, 4 vols., Paris, 1931-60
- GRIMAL, P. - Les villes romaines, Paris, 1971
- KÄHLER, H. - Rome et son Empire, Paris, 1963
- MACDONALD, W. L. - The architecture of the Roman Empire, I. An introductory study; II. An urban appraisal, New Haven/Londres, 1982 e 1986
- MACREADY, S.; THOMPSON, F.H. (ed.) - Roman Architecture in the Greek World, Londres, 1987
- PELLETIER, A. - L'urbanisme romain sous l'Empire, Paris, 1982
- PICARD, G. - Empire Romain, Friburgo, 1965
- RICHARDSON (Jr.), L. - Pompeii. An Architectural History, Baltimore/Londres, 1988
- RIVOIRA, G.T. - Architettura romana, Milão, 1921
- SAGLIO, E.; DAREMBERG, CH.; POTIER, E. - Dictionnaire des antiquités grecques et romaines, 9 vols., Paris, 1877-1919
- SEAR, F. - Roman Architecture, Londres, 1982
- VITRÚVIO - De architectura.
- WARD-PERKINS, J. B. - Roman imperial architecture, Harmondsworth, 1981

HISTÓRIA DA ARTE MODERNA EM PORTUGAL

Docente: Prof. Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira Alves

1. Introdução.

XVIII. 1.1. O artista e o artífice na arte portuguesa dos séculos XVI ao

1.2. Tratados de Arquitectura. Estampas. Gravuras.

1.3. O contrato.

2. Arquitectura - séculos XVI-XVIII.

2.1. Arquitectura Manuelina.

2.2. Arquitectura Renascentista.

2.3. Arquitectura Maneirista/Estilo Chão.

2.4. Arquitectura Barroca.

2.5. As diversas "nuances" no campo da arquitectura na segunda metade do século XVIII.

3. Escultura - séculos XVI-XVIII.

3.1. A importância dos portais manuelinos na escultura portuguesa do primeiro quartel do século XVI.

3.2. Os escultores franceses Nicolau Chanterene, Filipe Hodarte e João de Ruão e a adopção do vocabulário renascentista.

3.3. A imaginária no século XVII: a escultura ao serviço das normas tridentinas.

3.4. A escultura em Portugal no século XVIII.

3.5. A talha no interior das igrejas portuguesas: uma outra forma de escultura.

4. Pintura - séculos XVI-XVIII.

4.1. A pintura em Portugal na primeira metade do século XVI.

4.2. Pintura Maneirista.

4.3. Pintura Barroca.

5. Azulejaria - séculos XVI-XVIII.

6. Ourivesaria - séculos XVI-XVIII.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA*

Dicionário da arte barroca em Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1989

Dicionário da pintura portuguesa, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1973

História da Arte em Portugal, vols. 5, 6, 7, 8, 9, 10, Lisboa, Publicações Alfa, 1986

KUBLER, George - A arquitectura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes 1521-1706, Lisboa, Vega, 1988

* - Ao longo do ano será dada bibliografia específica sobre cada um dos temas do programa.

HISTÓRIA DA ARTE MODERNA GERAL

Docente: Profª Doutora Natália Marinho Ferreira Alves
Dr. Fausto Sanches Martins

1. Introdução.

1.1. Abordagem metodológica dos temas a desenvolver durante o ano lectivo.

1.2. Âmbito cronológico da disciplina.

2. O "trecento" italiano e a sua importância para a eclosão do fenómeno renascentista.

2.1. Giotto e o contributo da sua obra: visão medieval e os aspectos inovadores da sua pintura.

2.2. Taddeo Gaddi e a influência giottesca: a importância dada ao gesto.

3. Os Primitivos Flamengos e o desenvolvimento da pintura a óleo.

3.1. A Flandres do séc. XV: clientela e preferências estéticas.

3.2. Características da pintura flamenga do século XV. Flamengos.

3.3. Vultos mais representativos desta escola: Jan van Eyck; Roger van der Weyden; Hans Memling; Hugo van der Goes; Petrus Christus.

4. O "quattrocento" e as grandes conquistas no campo artístico.

4.1. A Renascença Italiana e os aspectos positivos da rivalidade mecénica.

4.2. As cortes dos príncipes renascentistas e o aparecimento de um poderoso mecenato.

4.3. Florença e os Médicis. O contributo da Academia Neo-Platónica para a formação de novos cânones artísticos.

4.4. A arte do "quattrocento".

4.4.1. As leis da perspectiva linear e o domínio do espaço.

4.4.2. O desenvolvimento dos estudos anatómicos e a importância crescente da fisionomia.

4.4.3. As inovações apontadas pela arquitectura florentina e as figuras de Gilippo Brunelleschi e Leão Battista Alberti.

4.4.4. A escultura da Primeira Renascença e o papel de Lorenzo Ghiberti, Donatello, Verrocchio e dos Della Robbia.

4.4.5. A pintura do século XV em Itália: escolas mais representativas

e vultos mais relevantes.

5. A Alta Renascença: herança do "quattrocento" e a desmesura.

5.1. Os grandes arquitectos da Alta Renascença e o primado de Roma.

5.1.1. A importância crescente de Roma e o papel decisivo dos Papas.

5.1.2. A interpretação romana da Renascença: Bramante, Miguel Ângelo, Rafael e António da Sangallo, o Novo

5.2. A escultura italiana do século XVI e a figura de Miguel Ângelo.

5.3. A pintura italiana do século XVI.

5.3.1. Miguel Ângelo: o escultor-pintor.

5.3.2. Leonardo da Vinci e a pintura encarada como ciência.

5.3.3. Rafael Sanzio e a tentativa de síntese das grandes correntes da pintura da Alta Renascença.

5.3.4. Veneza e a supremacia da côr.

6. O Maneirismo: génese e desenvolvimento de uma nova concepção estética.

6.1. Maneirismo/Classicismo: posições antagónicas. Características gerais da corrente maneirista.

6.2. As figuras de Leonardo, Rafael e Miguel Ângelo na origem do maneirismo.

6.3. A arquitectura maneirista em Itália e as figuras de Palladio, Serlio e Vignola.

6.4. A escultura maneirista florentina: Cellini, Ammanati e Giambologna - três visões artísticas.

6.5. A pintura maneirista italiana e algumas das escolas mais representativas (Florença, Parma e Siena).

7. O Barroco: arte da Europa Católica/arte da Europa Protestante - duas facetas de uma corrente artística.

7.1. Introdução geral à problemática do Barroco.

7.2. A Itália e a génese da arte barroca. A difusão do barroco: o gosto italiano e as expressões regionais.

7.3. A arquitectura barroca.

7.3.1. A arquitectura barroca em Itália e as figuras de Maderno, Rainaldi, Bernini, Cortona, Borromini, Guarini e Longhena.

7.3.2. O classicismo francês e o mecenato de Luís XIV.

7.3.3. A influência italiana na arquitectura barroca europeia.

7.4. A escultura barroca italiana.

7.4.1. A escultura barroca e a relação com a escultura helenística. A herança de Miguel Ângelo.

7.4.2. Alessandro Algardi e Gianlorenzo Bernini: duas maneiras de entender a escultura.

7.5. A pintura barroca.

7.5.1. A pintura ilusionista e o seu papel em relação à arquitectura.

7.5.2. As duas vertentes da pintura barroca italiana. Os Carracci e Caravaggio.

7.5.3. A pintura espanhola do "Siglo de Oro": Ribeira, Zurbarán, Murillo e Velazquez.

7.5.4. A pintura flamenga do século XVII e o seu mais famoso representante: Rubens.

7.5.5. A pintura holandesa do século XVII e o seu expoente máximo: Rembrandt.

BIBLIOGRAFIA

ARGAN, Giulio Carlo - XVe. Siècle. De van Eyck à Botticelli, Paris, Skira/Flammarion

"- L'Europe des Capitales (1600-1700), Paris, Skira/Flammarion, 1964

BABELON, Jean - L'Art Espagnol, Paris, P.U.F., 1963

BATTISTI, Eugenio - La Renaissance à son apogée et le premier Maniérisme, Paris, Albin Michel, 1977

BAZIN, Germain - Classique, Baroque et Rococo, Paris, Larousse, 1965

"- Destins du Baroque, Paris, Hechette, 1968

BENEVOLO, Leonardo - Storia dell' Architettura del Rinascimento, Roma, Laterza, 1978

CHARPENTRAT, Pierre - L'Art Baroque, Paris, P.U.F., 1967

"- Baroque. Italie et Europe Centrale, Fribourg, Office du Livre, 1964

CHASTEL, André - Art et Humanisme à Florence au Temps de Laurent le Magnifique, Paris, P.U.F., 1961

"- Les Arts d'Italie, vol. 2, Paris, P.U.F., 1963

"- Le Grand Atelier d'Italie (1460-1500), Paris, Gallimard, 1965

"- La Renaissance Méridionale (Italie. 1460-1500), Paris, Gallimard, 1965

"- La Crise de la Renaissance. 1520-1600, Genève, Skira, 1968

"- Le Mythe de la Renaissance (1420-1520), Genève, Skira, 1969

DELUMEAU, Jean - L'Italie de Botticelli à Bonaparte, Paris, Armand Colin, 1974

- "- Rome au XVIe Siècle, Paris, Hachette, 1975
HAGER, Werner - Architecture Baroque, Paris, Albin Michel, 1971
HEYDENREICH, Ludwig - Écllosion de la Renaissance. Italie. 1400-1460, Paris, Gallimard, 1972
LASSAIGNE, Jacques - La Peinture Flamande. Le Siècle de Van Eyck, Genève, Skira, 1957
MARAVALL, José Antonio - La Cultura del Barroco, Barcelona, Ariel, 1975
PANOFSKY, Erwin - Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental, Lisboa, Editorial Presença, 1981
PASSAVANT, Günter - Le Temps des Génies, Paris, Gallimard, 1970
PORTOGHESI, Paolo - Architettura del Rinascimento a Roma, Milano, Electa Editrice, 1978
SEBASTIAN, Santiago - Arte y Humanismo, Madrid, Ediciones Cátedra, 1978
"- Contrarreforma y Barroco, Madrid, Alianza Editorial, 1981

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Docentes: Prof. Doutor Adalberto Dias Carvalho

Dr^a Eugénia Vilela

Dr^a Paula Cristina Pereira

Dr^a Maria João Couto

Dr^a Elsa Cerqueira

1. Problemática histórica e sociológica

1.1. A educação como um direito social e humano.

1.2. A institucionalização escolar da educação.

1.2.1. Algumas teses sobre o estatuto da escola

1.3. A relação Escola/Cultura/Sociedade: as principais perspectivas da Sociologia da Educação.

1.3.1. O papel da cultura escolar.

1.4. Génese e desenvolvimento dos modelos educativos e escolares:

1.4.1. Matrizes culturais da educação contemporânea.

1.4.2. Evolução do estatuto da função docente e a emergência de um saber educacional específico.

2. Problemática pedagógica

2.1. A crise da pedagogia tradicional: seu sentido e actualidade.

2.2. O debate pedagogias da essência/pedagogias da existência; directividade/ não directividade; pedagogias da hetero- estruturação, da autoestruturação e da interestruturação.

2.3. Características e significado das pedagogias do projecto.

2.4. A formação de professores: o desafio da formação-investigação.

2.5. Por uma pedagogia da complexidade ...

3. Problemática epistemológica

3.1. Aspectos da evolução recente da investigação educacional.

3.1.1. O processo de definição da educação como objecto de estudo científico.

3.1.2. O debate qualitativo-quantitativo.

3.2. Quadro geral das Ciências da Educação.

3.2.1. A questão da identidade, da autonomia e da abertura das Ciências da Educação.

4. Problemática antropológica
- 4.1. A educabilidade como dimensão antropológica.
- 4.2. Reprodução, criatividade e cultura escolar.
- 4.3. Projecto e utopia.
- 4.4. O corpo social e o corpo pedagogizado.
- 4.5. Razão e imaginação.
- 4.6. Liberdade e autoridade.
- 4.7. Recompensas e punições: um sentido antropológico.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- AVANZINI, G - A pedagogia no século XX, Lisboa, Moraes, 1978.
- CARVALHO, A.- Epistemologia das Ciências da Educação, Porto, Afrontamento, 1988.
- CLAUSSE, A.- A relatividade educativa. Esboço de uma história e de uma filosofia da escola, Coimbra, Almedina, 1976.
- DE LANDSHEERE, G.- A investigação experimental em Pedagogia, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.
- FORQUIN, J.C. - École et Culture, Bruxelas, Ed. de Bocck--Wesmaes, 1989
- MIALARET, G. - As Ciências da Educação, Lisboa, Moraes, 1976.
- NÓVOA, A. - Le temps des Professeurs
- NOT, L.; BRU, M. (sob direcção de) - Où va la pédagogie du project?, Toulouse, Ed. Universitaire du Sud, 1987.
- NOT, L. (sob direcção de) - Une science spécifique pour l'éducation?, Toulouse, Publi. de L'Univ. de Toulouse-le-Mirail, 1984.
- RESWEBER, J. P. - Les pédagogies nouvelles, Paris, P.U.F., 1986.
- SYNDERS, G. - Para onde vão as pedagogias não directivas?, Lisboa, Moraes, 1976.
- SUCHODOLSKI, B. - A pedagogia e as grandes correntes pedagógicas, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Docentes: Prof. Doutor Leandro S. Almeida

Dr^a Fernanda Martins

Dr. Eurico Marques da Silva

Dr^a Bárbara Figueiredo

Dr^a Fátima Morais

1. Objectivos gerais

- Situar o estudo da adolescência no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento.
- Identificar as principais características da adolescência.
- Analisar as implicações do conhecimento da Psicologia da Adolescência na prática educativa.
- Identificar as principais Teorias da Aprendizagem e suas implicações psicopedagógicas;
- Relacionar aprendizagem e desenvolvimento como componentes de um estudo global do adolescente em situação educativa.
- Aplicar os conhecimentos a situações de ensino/aprendizagem.

2. Conteúdo programático

I. Psicologia e Educação.

1. Objecto e método da Psicologia: a Psicologia como ciência experimental.
2. Correntes actuais da Psicologia.
3. A Psicologia na formação de professores.

II. Psicologia do Desenvolvimento.

1. Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais.
2. Abordagem desenvolvimento psicológico até à puberdade.
3. Abordagem específica do desenvolvimento do Adolescente.
 - 3.1. Introdução à adolescência.
 - 3.1.1. Perspectiva histórica e antropológica.
 - 3.1.2. A Adolescência no ciclo de vida.
 - 3.2. Dimensões do Desenvolvimento na Adolescência.
 - 3.2.1. Desenvolvimento físico e psico-sexual.

- 3.2.2. Desenvolvimento cognitivo.
- 3.2.3. Desenvolvimento interpessoal/moral.
- 3.2.4. Desenvolvimento sócio-emocional.
- 3.2.5. Desenvolvimento vocacional e Identidade.
- 3.3. Problemas do desenvolvimento na adolescência.
- 3.4. Desenvolvimento psicológico do jovem-adulto.

III. Psicologia da Aprendizagem.

- 1. Definição e características da aprendizagem.
- 2. Principais concepções de aprendizagem e suas implicações educativas.
 - 2.1. Teorias Comportamentais.
 - 2.2. Teoria Humanistas.
 - 2.3. Teorias Cognitivas.
- 3. Programas de facilitação da aprendizagem.
 - 3.1. Programas de competência de estudo.
 - 3.2. Programas de treino de funções cognitivas.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- BEE, H.- A criança em desenvolvimento, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1984
- CLAES, M.- Os problemas da Adolescência, Lisboa, Verbo, 1985
- GALLATIN, J.- Adolescência e Individualidade, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1978
- PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. - O mundo da criança: da infância à adolescência, S. Paulo, Mc Graw Hill do Brasil, 1981
- PIAGET, J.- Os seis estudos de psicologia, Lisboa, Ed. D. Quixote, 1974
- SNOWMAN, B.- Psychology Applied to Teaching, Boston, Houghton Mifflin Company, 1986
- SPRINTHALL, N.; COLLINS, A. - Adolescent Psychology: a Developmental view, New York, Random House, 1984
- SPRINTHALL, N.; SPRINTHALL, R. - Educational Psychology: a Developmental Approach, New York, Random House, 1981
- TAVARES, J.; ALARCÃO, I - Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Coimbra, Almedina, 1985

DISCIPLINAS SÓ DE OPÇÃO

HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO

Docente: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

1. As origens do burgo portuense: ponto da situação dos conhecimentos actuais.

2. A cidade medieval.

2.1. De couto episcopal a burgo de jurisdição régia.

2.2. Administração municipal durante a Idade Média.

2.3. Vectores de desenvolvimento económico.

2.4. A Cidade e o Termo.

3. O Porto na época moderna.

3.1. Sociedade, economia e administração do Porto na época moderna.

3.2. O crescimento da cidade no século XVIII. Aspectos urbanísticos.

4. O Porto no século de Oitocentos.

4.1. O Porto e as vicissitudes políticas do País.

4.2. Sociedade e economia no séc. XIX.

Sugestões de temas para investigação

. O Porto e a expansão portuguesa.

. Instituições de cultura na cidade.

. O Porto e a industrialização (sécs. XIX-XX).

. Recolha (exaustiva?) da bibliografia sobre o Porto.

BIBLIOGRAFIA

Para cada tema será indicada a bibliografia específica.

Como instrumento de trabalho e obras de consulta sugere-se o seguinte:

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui'in Archivo

Municipali Portucalensi asservantur..., 5 vols, 1911-1961

Colecção "Documentos e Memórias para a História do Porto", 46 vols., Porto, 1936-1988

História da Cidade do Porto segundo plano de A. Magalhães Basto e dir. de Damião Peres e António Cruz, 3 vols., Porto, 1962-1965

Nova Monografia do Porto organizada por Carlos Bastos, Porto, 1938

COSTA, Pe Agostinho Rebelo da - Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto, 2ª edição, Porto, 1945

CUNHA, D. Rodrigo da - Catálogo e História dos Bispos do Porto, Porto, 1623

NOVAES, Manuel Pereira de - Anacrisis historial, Vol. IV da Colecção de Manuscritos Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1918

SOCIOLOGIA DA ARTE

Docente: Dr. Agostinho Araújo

I. Problemática de uma ciência jovem.

0. Introdução.

- 0.1. Historicidade e especificidade da Arte.
- 0.2. A Arte e a Sociedade, hoje.
- 0.3. A Sociologia e sua crescente subespecialização.

1. Evolução da estética sociológica.

- 1.1. Um precursor: Diderot.
- 1.2. Os fundadores da Sociologia Geral perante a actividade artística.
- 1.3. Tentativas de enfoques sociológicos de alguns críticos e filósofos.
 - 1.3.1. H. Taine.
 - 1.3.2. J. M. Guyau.
 - 1.3.3. Ch. Lalo.

2. Tendências sociológicas na Historiografia da Arte.

- 2.1. A Escola de Viena (A. Riegl, F. Wickoff, M. Dvorak, H. Sedlmayr).
 - 2.2. Influência da Escola de Viena.
 - 2.2.1. F. Antal.
 - 2.2.2. W. Weisbach.
 - 2.3. Warburg e os seus discípulos.
 - 2.3.1. A. Warburg.
 - 2.3.2. F. Saxl.
 - 2.3.3. O Instituto Warburg.
 - 2.3.4. E. Panofsky.
 - 2.4. W. Benjamin.
 - 2.5. Os marxistas (M. Raphael, A. Hauser, E. Fischer, N. Hadjini-colaou).

3. A Sociologia da Arte fundada por Pierre Francastel.

- 3.1. Fundamentação global.
- 3.2. Conceitos operatórios.
- 3.3. Programa de pesquisa.

II. Amostragem de Análises práticas.

0. Carácter ainda fragmentário dos ensaios "de campo" no domínio da sociologia das artes visuais.

1. Sociologia das condições sociais de criação.

- 1.1. Mecenato.
- 1.2. Programa imposto.
- 1.3. Responsabilidade político-cultural de Estado.
- 1.4. Arte oficial.

2. Sociologia da criação.

- 2.1. Estatuto social dos artistas.
- 2.2. Organização de trabalho e tipos sociais de artistas.
- 2.3. Os objectos figurativos: ampla exemplificação.
3. Sociologia das condições sociais de utência.
 - 3.1. Instituições (Galerias, Exposições, Concursos).
 - 3.2. Modas.
 - 3.3. Meios de publicidade.
 - 3.4. Técnicas de reprodução.

4. Sociologia da utência.

- 4.1. Colecções.
- 4.2. Frequência de museus.
- 4.3. Consumo de literatura artística.
- 4.4. Níveis de gosto .

BIBLIOGRAFIA GERAL

ANTAL, Frederick - Florentine Painting and its Social Background, London, Routledge and Kegan Paul, 1948

"- Clasicismo y romanticismo, Madrid, A. Corazón, 1978

BASTIDE, Roger - Arte e Sociedade, 2ª ed., São Paulo, Universidade de São Paulo, 1971

BAYER, Raymond - História da Estética, Lisboa, Estampa, 1979

BECKER, Howard - Mundos artísticos e tipos sociais, in "Arte e Sociedade. Ensaio de Sociologia da Arte", Rio de Janeiro, Zahar, 1977, pp. 9-26

BENJAMIN, Walter - A obra de arte no tempo de suas técnicas de reprodução, in "Sociologia da Arte - IV", Rio de Janeiro, Zahar, 1969, pp. 15-47

- BOURDIEU, Pierre - Elementos de una teoría sociológica de la percepción artística, in "Sociología del arte", Buenos Aires, Nueva Visión, 1972, pp. 43-80
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A. - L'amour de l'art. Les musées et leur public, Paris, Minuit, 1966
- DAMISCH, Hubert; DE SETA, C. e outros - Artes/ Artista/ Objeto/ Produção artística/ Atribuição Artesanato, in "Enciclopédia Einaudi", vol. 3, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 11-211
- DEINHARD, Hanna - Reflections on Art History and Sociology of Art, in "Art Journal", New York, 25 (1), 1975, pp. 29-32
- DIDEROT/FALCONET - Le Pour et le Contre, Paris, Les Editeurs Français Réunis, 1958
- DORFLES, Gillo - Oscilações do gosto, Lisboa, Horizonte, 1974
- "- Símbolo, comunicación y consumo, 2ª ed., Barcelona, Lumen, 1975
- FERRIER, Jean-Louis - La forme et le sens. Éléments pour une sociologie de l'art, Paris, Denoel, 1975
- "- Holbein. Les Ambassadeurs. Anatomie d'un chef-d'oeuvre, Paris, Denoel, 1977
- FISCHER, Ernst - A Necessidade da Arte, 9ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1983
- FRANCASTEL, Galiene - Sociologie de l'Art et notion d'influence: problèmes des finalités, "La Sociologie de l'Art et sa vocation interdisciplinaire. L'oeuvre et l'influence de Pierre Francastel", Paris, Denoel, 1976, pp. 21-28
- FRANCASTEL, G.; FRANCASTEL, P. - Le Portrait - 50 siècles d'humanisme en peinture, Paris, Hachette, 1969
- FRANCASTEL, Pierre - L'impressionisme, 2ª ed., Paris, Denoel, 1974
- "- Pintura y Sociedad, Madrid, Cátedra, 1984
- "- Histoire de la Peinture Française, 3ª ed., 2 vols., Paris, Gonthier, 1971
- "- Problèmes de la sociologie de l'art, "Traité de Sociologue" (direc. G. Gurvitch), 2ª ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1963, vol. II, p. 278-296
- "- L'Esthétique des Lumières, in "Utopie et institutions au XVIIIe siècle. Le pragmatisme des Lumières", Paris - La Haye, Mouton, 1963 (Actes du Colloque de Nancy, 1959, École Pratique des Hautes Études), pp. 331-357
- "- A realidade figurativa: elementos estruturais de sociologia da arte, São Paulo, Perspectiva, 1982

- "- L'image, la vision et l'imagination, Paris, Denoel, 1983
- "- Études de Sociologie de l'Art. Création picturale et société, Paris, Denoel, 1970
- FRANÇA, José Augusto - Prefácio, a "Arte e Técnica nos séculos XIX e XX" (de P. Francastel), Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 5-14
- "- Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1977
- "- Le "fait artistique" dans la sociologie de l'art, in "La Sociologie de l'Art et sa vocation interdisciplinaire" (cf. supra), pp. 127-136
- "- Sobre História (Sociológica) da Arte, Lisboa, 1981, sep. de "Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras"
- "- Temas de história e de sociologia da arte, in "Quinhentos Folhetins", I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 73-93
- FREIXA, Mireia (org.) - Las vanguardias del siglo XIX, Barcelona, Gustavo Gili, 1982
- GUYAU, J. M. - L'art au point de vue sociologique, 9ª ed., Paris, Félix Alcan, 1912
- HADJINICOLAOU, Nicos - L'object de la discipline de l'Histoire de l'Art et le temps de l'Histoire des Arts, in "La Sociologie de l'Art et sa vocation..." (vd. supra), pp. 41-53
- "- História da Arte e movimentos sociais, Lisboa, Edições 70, 1978
- "- La producción artística frente a sus significados, Mexico, Siglo Veintiuno, 1981
- HAUSER, Arnold - Sociología del Arte, 5 vols., Madrid, Guadarrama, 1975-1977
- "- Teorias da Arte, 2ª ed., Lisboa, Presença, 1978
- "- A Arte e a Sociedade, Lisboa, Presença, 1984
- LALO, Charles - L'Art et la vie sociale, Paris, Gaston Doin, 1921
- MANDROUX-FRANÇA, M.-T. - Information et "Mass-Media" au XVIIIe Siècle: la diffusion de l'ornement gravé rococo au Portugal, Braga, 1974, sep. de "Bracara Augusta", XXVII
- MOLES, Abraham A. - Rationnel et irrationnel dans les tendances de l'art contemporain, in "Colóquio/Artes", Lisboa, 15, Dezembro de 1973, pp.5-9
- "- O Cartaz, São Paulo, Perspectiva, 1978
- MOLES, Abraham A. - Psychologie du Kitsch. L'art du bonheur, Paris, Denoel, 1979
- MOREIRA, Isabel M. M. - Galerias de arte e o seu público, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985
- MUMFORD, Lewis - Arte e Técnica, Lisboa, Edições 70, 1980
- MUNARI, Bruno - Artista e designer, Lisboa, Presença, 1979

- PANOFSKY, Erwin - Idea. Contribución a la Historia de la Teoría del Arte, Madrid, Cátedra, 1977
- "- El significado en las artes visuales, Madrid, Alianza, 1980
- "- La perspective comme forme symbolique et autres essais, Paris, Minuit, 1981
- "- Estudos de Iconologia. Temas humanísticos na Arte do Renascimento, Lisboa, Estampa, 1986
- RAMÍREZ, Juan A. - Medios de masas e Historia del Arte, Madrid, Cátedra, 1976
- READ, Herbert - Arte e Alienação. O papel do artista na sociedade, Rio de Janeiro, Zahar, 1968
- "- Arte y sociedad, Barcelona, Península, 1970
- RIEGL, Alois - Grammaire Historique des Arts Plastiques, Paris, Klincksieck, 1978
- SEDLMAYR, Hans - A Revolução da Arte Moderna, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.
- SERRÃO, Vítor - O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983
- TAINÉ, Hippolyte - Philosophie de l'Art/ Voyage en Italia/ Essais de critique et d'histoire, (extraits présentés par J._F. Revel), Paris, Hermann, 1964
- VENTURI, Lionello - Histoire de la Critique d'Art, Paris, Flammarion, 1969
- WATSON, Bruce - Los públicos de arte, in "Sociologia del arte", Buenos Aires, Nueva Visión, 1972, pp. 175-199
- WOLFF, Janet - A produção social da arte, Rio de Janeiro, Zahar, 1982
- ZENER, Henri - A arte, in "Fazer História", col. 2, Lisboa, Bertrand, 1981, pp. 211-232.

HISTÓRIA DE ARTE EM PORTUGAL

Docentes: Dr. António Cardoso

Dr. Fausto Martins

1. Pintura: Os Primitivos Portugueses:

Importância deste período. Afinidades estilísticas, técnicas e iconográficas entre a pintura quinhentista e a pintura flamenga da mesma época. Mecenas e clientela. Iconografia: temática tradicional e nacional. Oficinas e artistas: Nuno Gonçalves; Jorge Afonso; Francisco Henriques; Vasco Fernandes e Gaspar Vaz; Frei Carlos; Mestre da Lourinhã; Mestres de Ferreirim; Gregório Lopes; Cristóvão de Figueiredo; Garcia Fernandes. Conclusões sobre a pintura quinhentista portuguesa.

2. Arquitectura portuguesa no séc. XVII e começos do séc. XVIII:

Arquitectura Maneirista e "estilo chão" do séc. XVII. Implantação deste tipo de arquitectura em todo o país e sua persistência no primeiro quartel do séc. XVIII. Principais arquitectos e exemplares.

3. Arte da talha:

Dois principais períodos: estrutura e ornato; rápida difusão da talha: retábulos, órgãos, púlpitos, frontais, etc.; materiais e técnicas.

4. Arte do azulejo:

Azulejaria do séc. XVII: Composição, padronagem, iconografia. Influência da azulejaria holandesa. Alguns mestres: Gabriel del Barco; A. de Oliveira Bernardes; mestre P.M.P.; Bartolomeu Antunes etc..

5. Arquitectura e urbanismo:

A arquitectura do ferro. Engenheiros e arquitectos. Do eclectismo à "arte nova", ao movimento moderno. Os anos 30/40. A arquitecturado Estado novo. Tendências da arquitectura contemporânea.

6. A Pintura:

Do Romantismo ao Naturalismo. Da "possibilidade" romântica ao Naturalismo de Marques de Oliveira e Silva Porto. Henrique Pousão e a hipótese impressionista. O naturalismo epigonal. António Carneiro entre o naturalismo, o simbolismo e o expressionismo. Columbano e Malhoa ou "A Cidade e as Serras". O Modernismo Português. Rupturas, equívocos e

tendências. Amadeo de Souza-Cardoso, o parêntesis e os novos caminhos do Modernismo.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

CARVALHO, Ayres de - Os três arquitectos da Ajuda, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1979

CHICÓ, Mario Tavares; FRANÇA, José-Augusto; SANTOS, Armando Vieira e outros - Dicionário da Pintura Universal, vol. III ("Pintura Portuguesa"), Lisboa, Estúdios Cor, 1973

COSTA, Luís Xavier da - Domingos António de Sequeira. Notícia biográfica, Lisboa, Amigos do Museu, 1939

FERREIRA ALVES, Natália Marinho - A arte da talha no Porto na época barroca, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1989

FRANÇA, José-Augusto - A Arte em Portugal no século XIX, 2ª ed., 2 vols., Lisboa, Bertrand, 1981

"- El siglo XIX, in "Summa Artis", vol. XXX ("Arte Português"), Madrid, Espasa-Calpe, 1986, pp. 399-482

"- A Arte em Portugal no século XX, Lisboa, Bertrand, 1974

"- Amadeo de Souza-Cardoso, 2ª edição, Lisboa, Inquérito, 1972

"- António Carneiro, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1973

"- Almada, o Português sem Mestre, Lisboa, Estúdios Cor, 1974

"- O Modernismo na Arte Portuguesa, Lisboa, Biblioteca Breve, 1979

GONÇALVES, Flávio - Um século de Arquitectura e Talha no noroeste de Portugal. 1750-1850, in "Boletim Cultural" da Câmara Municipal do Porto, vol. XXXII, 1-2, 1964, pp. 125-184

KUBLER, George - A arquitectura portuguesa chã, Lisboa, Vega, s/d

LACERDA, R. de - História da Arte em Portugal, vols. I, II, III, Porto, Portucalense Editora, 1942

MACEDO, Diogo de - Soares dos Reis. Estudo documentado, Porto, Lopes da Silva, 1945

MECO, José - O Azulejo em Portugal, Lisboa, Alfa, 1989

SANTOS, Reinaldo dos - Oito Séculos de Arte Portuguesa, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s/d

"- Os Primitivos Portugueses (1450-1550), Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1957

"- O Azulejo em Portugal, Lisboa Editorial Sul, 1957

SIMÕES, J.M. dos Santos - Azulejaria em Portugal no séc. XVII - I e II; séc. XVIII, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971

SMITH, Robert C. - A talha em Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, 1962

VÁRIOS AUTORES - História da Arte em Portugal, vol. 6 "Renascimento"; vol. 7 "O Maneirismo"; vol. 8 "O Limiar do Barroco"; Lisboa, Alfa, 1986

ZEVI, Bruno - História da Arquitectura Moderna, 2 vols., Lisboa, Arcádia, 1979

HISTÓRIA URBANA GERAL E DE PORTUGAL

Docentes: Prof. Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira Alves

1. Introdução.
 - 1.1. A cidade: formas; funções e tentativa de definição.
 - 1.2. Paisagem urbana: noção e elementos caracterizadores.
2. Aspectos do mundo urbano no Egipto Faraónico e na Mesopotâmia.
3. A cidade cretense e a cidade micénica.
4. O urbanismo clássico.
 - 4.1. O nascimento e desenvolvimento da cidade grega.
 - 4.2. A colonização e o aparecimento de novas cidades.
 - 4.3. A cidade em Platão e Aristóteles.
 - 4.4. O urbanismo etrusco e o ritual de fundação.
 - 4.5. As cidades romanas: de Roma a Constantinopla.
 - 4.6. A cidade em Vitruvius.
5. Urbanismo medieval.
 - 5.1. A cidade medieval: origens e formas.
 - 5.2. A rua e a praça na cidade medieval.
 - 5.3. A cidade no mundo islâmico.
 - 5.4. O Porto medieval.
 - 5.5. Veneza.
6. Urbanismo do século XVI.
 - 6.1. O novo ideal urbano.
 - 6.2. A cidade dos teóricos. Cidade e utopia.
 - 6.3. A nova arquitectura militar.
 - 6.4. A Florença do século XVI.
 - 6.5. Roma e as grandes transformações quinhentistas.
7. Urbanismo dos séculos XVII e XVIII.
 - 7.1. Urbanismo e política.
 - 7.2. Vauban e as novas muralhas.
 - 7.3. As novas cidades - São Petersburgo.
 - 7.4. Versalhes.

- 7.5. Roma.
- 7.6. Paris
- 7.7. Londres
- 7.8. Bath e a importância crescente das cidades termais.

8. O urbanismo em Portugal nos séculos XVII e XVIII.

- 8.1. Aspectos do Porto e de Lisboa antes da segunda metade do século XVIII.
 - 8.2. As transformações urbanas em Lisboa na segunda metade do século XVIII.
 - 8.3. As transformações urbanas no Porto na segunda metade do século XVIII.
 - 8.4. As cidades portuguesas setecentistas através dos livros de viagens.
9. A cidade e a festa nos séculos XVI, XVII e XVIII.

BIBLIOGRAFIA

- BENEVOLO, Leonardo - Diseño de la ciudad, México, Ed. G. Gili, 1979
- CHARRE, Alain - Art et urbanisme, "Que sais-je?", n° 2089, Paris, PUF, 1983
- FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime B. - O Porto na Época dos Almadás (1757-1804). Arquitectura. Obras Públicas, Porto, 1987
- FRANÇA, José-Augusto - Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977
- GUIDONI, Enrico; MARINO, Angela - Historia del urbanismo. El siglo XVI, Madrid, 1985
- "- Historia del urbanismo. El siglo XVII, Madrid, 1982
- LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne - L'urbanisme au Moyen Age, Genève, Droz, 1974
- SICA, Paolo - Storia dell'urbanistica. Il settecento, Roma-Bari, 1976

TEORIAS E CRÍTICA DA ARTE

Docente: Prof^a Doutora Natália Marinho Ferreira Alves

1. Introdução.

1.1. Abordagem metodológica.

1.2. As teorias da arte e a crítica da arte: génese e evolução da disciplina.

2. O Homem e a criação artística.

2.1. A arte e o gosto.

2.2. O artista e a criação.

2.3. O papel da imaginação na génese da obra de arte.

2.4. O belo e o feio. O completo e o inacabado. O racional e o irracional.

3. A Antiguidade Clássica.

3.1. A crítica da arte e a figura de Xenócrates.

3.2. A Beleza e as condições necessárias para a sua existência: a ordem, a proporção, o limite e a simetria.

3.3. As posições de Platão e de Aristóteles face ao fenómeno artístico: a imaginação, o prazer estético, o belo e a mimésis.

3.4. Roma e a admiração pelo pensamento helénico. A tentativa de conciliação das posições de Platão e de Aristóteles.

3.4.1. Cícero e Quintiliano: os cânones escultóricos e pictóricos dos "connaisseurs".

3.4.2. Vitruvius e a importância do seu tratado De Architectura. Aspectos contemporâneos da visão vitruviana.

4. A Idade Média.

4.1. A relação entre arte e espiritualidade.

4.2. A Beleza e o Divino.

4.3. Santo Agostinho e a sua teoria estética.

4.4. S. Tomás de Aquino e a sua concepção de Beleza.

4.5. O valor das enciclopédias e dos tratados de óptica.

5. O Renascimento.

5.1. O "Quattrocento" florentino e o neoplatonismo.

5.2. Os Comentários de Lorenzo Ghiberti e o ambiente artístico de Florença.

5.3. As leis da perspectiva linear e Filippo Brunelleschi: a definição das teorias renascentistas sobre o espaço.

5.4. O papel dos teóricos. A importância dos tratados de Leão Battista Alberti, Piero della Francesca e de Leonardo da Vinci.

5.5. Os escritos de Leonardo e as teorias da arte da Alta Renascença.

5.6. A Alta Renascença e as novas concepções artísticas. Castiglione e o valor atribuído à pintura.

5.7. Benedetto Varchi e a Dissertação sobre a primazia das artes: a importância do inquérito no contexto teórico-crítico renascentista.

5.8. As Vitae de Vasari: aspectos biográficos, teóricos e críticos.

5.9. O impacto das obras de Ludovico Dolce e de Paolo Pino: papel e a função do crítico.

6. O período barroco.

6.1. A arte barroca e as vertentes realista e classicizante.

6.2. As directrizes tridentinas e a sua influência nas artes plásticas.

6.3. O contributo dos escritos de Agucchi e Mancini para a compreensão das teorias apontadas pelos Carracci e da visão caravaggista.

6.4. A crítica da arte e as posições de Bellori e de Boschini.

BIBLIOGRAFIA

BEARDSLEY, M. C.; HOSPERS, J. - Estética: Historia y Fundamentos, Madrid, Ediciones Cátedra, 1976

ECO, Umberto - Arte e Beleza na Estética Medieval, Lisboa, Editorial Presença, 1989

HAUSER, Arnold - Teorias da Arte, Lisboa, Editorial, Presença, 1973

KRIS, Ernest/KURZ, Otto - Lenda, Mito e Magia na Imagem do Artista, Lisboa, Editorial Presença, 1988

PANOFSKY, Erwin - Renacimiento y Renacimientos en el Arte Occidental, Madrid, Alianza Editorial, 1975

"- Idea. Contribución a la Historia de la Teoría del Arte, Madrid, Ediciones Cátedra, 1977

RICHARD, André - La Critique d'Art, Paris, P.U.F, 1968

SCHOLOSSER, Julius - La Literatura Artística. Manual de Fuentes de la Historia Moderna del Arte, Madrid, Ediciones Cátedra, 1976

VENTURI, Lionello - Histoire de la Critique d'Art, Paris, Flammarion, 1969

COLECÇÃO de 8 volumes - Fuentes y Documentos para la Historia del Arte, Barcelona, Gustavo Gili, 1982-1983

HISTÓRIA COMPARADA DAS RELIGIÕES

Docente: Dr. José Amadeu Coelho Dias

1. Problemática das Religiões

- 1.1. A ciência das religiões.
- 1.2. Natureza e origem das religiões.
- 1.3. Interpretações da religião.

2. As Grandes religiões contemporâneas

- 2.1. Judísmo, Cristianismo, Islamismo.
- 2.2. Hinduismo, Budismo.
- 2.3. Taoismo, Xintuismo.

3. As religiões da Antiguidade

- 3.1. Prehistória e religiões tradicionais.
- 3.2. Religiões mediterrânicas e europeias.
- 3.3. Religiões ameríndias.

BIBLIOGRAFIA GERAL

CAILLOIS, Roger - O homem e o sagrado, Lisboa, 1979

ELIADE, Mircea - Tratado de História Comparada das Religiões,
Lisboa, 1977

"- História das Crenças e das ideias religiosas, 4 vols., Rio de Janeiro,
1978/80.

JAMES, Ewo - Introducción a la história de las religiones, Madrid,
1973

MESLIN, Michel - Aproximación a una ciencia de las religiones,
Madrid, 1978

WIDENGREN, Geo - Fenomenologia de la Religión, Madrid, 1976

TOKAREV, Serguei - História das Religiões, Moscovo, 1986

HISTÓRIA DO BRASIL

Docentes: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos
Dr. Ivo Carneiro

1. Do Descobrimento à primeira organização territorial.
2. O período de formação (e delimitação) de fronteiras.
3. As fases (ou ciclos) da economia brasileira.
4. A Igreja: a missão e a formação cultural das gentes.
5. De Pombal à Independência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CALMON, Pedro - História do Brasil, Rio de Janeiro, 1963
- CAMINHA, Pero Vaz de - Carta a D. Manuel, várias edições
- CORTESÃO, Jaime - Obras Completas, várias edições
- HOLANDA, Sérgio Buarque (dir. de) - História do Brasil, várias edições
- NÓBREGA, Manuel da - Diálogo sobre a conversão do gentio, várias edições
- SALVADOR, Fr. Vicente do - História do Brasil, várias edições
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da - O império luso-brasileiro. 1750-1822, Lisboa, 1986
- SODRÉ, Nelson W. - Formação Histórica do Brasil, várias edições

Ao longo do curso será indicada bibliografia específica para cada tema.

MATEMÁTICA PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Docente. Dr. Henrique David

1. A importância dos métodos quantitativos no processo de investigação.

2. Os métodos quantitativos como meio de descrever a realidade social.

2.1. Classificação e ordenação dos dados. Tabelas - Proporção, percentagem, rácios, taxa e taxa de variação.

2.2. Representações gráficas - Diagramas por pontos, polígonos de frequências (simples e acumulados), gráficos polares (fechados e abertos) gráficos em barras (histogramas simples e acumulados), cartogramas, esterogramas, organogramas, curvas de Lorenz, sociogramas, ideogramas, gráficos de planning, gráficos a três dimensões (gráficos triangulares), gráficos em degrau, pirâmides de idades (relações de masculinidade e índices - Resumos), gráficos em papel logaritmico e semi-logaritmico.

2.3. Medidas de Tendência Central - média aritmética, mediana e moda.

2.4. Medidas de variabilidade ou dispersão - amplitude, desvio médio, desvio padrão, variância e coeficiente de variação.

2.5. Uma medida de concentração - coeficiente de Gini.

3. Os métodos quantitativos como meio de interpretação e explicação da realidade social.

3.1. Análise de variância.

3.2. Teste de X^2 .

3.3. Análise de correlação simples - coeficientes de Pearson e de Spearman.

3.4. Análise de correlação parcial e múltipla.

4. As séries temporais.

4.1. Taxas de crescimento.

4.2. Estudo da tendência pelo método das médias móveis.

4.3. Análise de regressão.

4.4. Movimento sazonal.

4.5. Números-índices.

5. A qualidade dos dados demográficos - relação de masculinidade dos nascimentos, índice de Whipple, índice de irregularidade, índice combinado das Nações Unidas, equação de concordância.

6. Os indicadores demográficos - saldo natural ou fisiológico, saldo efrativo, taxa bruta de natalidade, taxa de fecundidade geral, taxa de fecundidade geral por grupos de idades, descendência média, taxa bruta de reprodução, taxa líquida de reprodução, taxa de fecundidade legítima, taxa de fecundidade ilegítima, taxa de ilegitimidade, taxa bruta de nupcialidade, taxa bruta de mortalidade, taxa de mortalidade infantil (clássica, verdadeira, endógena, exógena, neonatal, pós-natal, fetal tardia ou mortinatalidade, pré-natal, feto-infantil e perinatal), esperança de vida à nascença, sobremortalidade masculina.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

ALCAIDE INCHAUSTI, Angel - Estatística aplicada a las Ciencias Sociales, Madrid, Ediciones Piramide, 1975

FLOUD, Roderick - Métodos quantitativos para historiadores, Madrid, Alianza Editorial, 1975

LAROUSSE, Christian - Estatística descritiva, Porto, Rés Editora, s.d.

LEVIN, Jack - Estatística aplicada às Ciências Humanas, S. Paulo, Editora Harper & Row do Brasil, 1978

NAZARETH, J. Manuel - Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1981

"- Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa, Lisboa, Editorial Presença, 1988

NAZARETH, J. Manuel; SOUSA, Fernando de - A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime - aspectos sócio-demográficos de Coruche, "Cadernos da Revista de História Económica e Social", nº4, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983

ÍNDICE

História Moderna de Portugal	1
Sociedade, Economia e Política na Época Moderna	3
Cultura e Mentalidades na Época Moderna	7
História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa	10
Epigrafia e Numismática	11
Arqueologia Clássica	15
História da Arte Moderna em Portugal	17
História da Arte Moderna Geral	19
Introdução às Ciências da Educação	23
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	25
 <u>Opções</u>	
História da Cidade do Porto	1
Sociologia da Arte	2
História de Arte em Portugal	7

História Urbana Geral e de Portugal	10
Teorias e Críticas de Arte	12
História Comparada das Religiões	15
História do Brasil	16
Matemática para as Ciências Humanas e Sociais	17

